**SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC**

**MODELO DE CONVÊNIO DE ADESÃO COM PREVISÃO DE INSCRIÇÃO AUTOMÁTICA - GERAL (PATROCINADOR)**

Versão 1.2 – Junho/2024

***Observações relativas à utilização do modelo padrão:***

**O documento tem vários dispositivos variáveis e redações alternativas, destacadas em vermelho**[[1]](#footnote-1)**, que podem ser adaptados à situação específica da Entidade, sem descaracterizar o modelo padrão e a possibilidade de Licenciamento Automático na forma prevista nas instruções.**

**CONVÊNIO DE ADESÃO (Modelo)**

**CONVÊNIO DE ADESÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS (NOME DO PLANO) QUE CELEBRAM A (NOME DA CONVENENTE) E A (NOME DA EFPC)**

**Das PARTES**:

De um lado,

<o/a> (Nome da convenente), pessoa jurídica de direito (público/privado), sediada (endereço), na cidade (nome da cidade)/(UF), CEP: (xxxxx-xx), inscrita no CNPJ sob o nº (xx.xxx.xxx/xxxx-xx), neste ato representada pelo(s) abaixo assinado(s) e qualificado(s), doravante denominado PATROCINADOR; e

E, de outro lado,

<o/a> (Nome da EFPC), **ENTIDADE** fechada de previdência complementar, pessoa jurídica de direito privado, sediada (endereço), na cidade (nome da cidade)/(UF), CEP: (xxxxx-xx), inscrita no CNPJ sob o nº (xx.xxx.xxx/xxxx-xx), neste ato representada pelo(s) abaixo assinado(s) e qualificado(s), doravante denominada **ENTIDADE**.

*[ANUENTES: para situação em que se admite a solidariedade entre patrocinador/instituidor com relação ao plano de benefícios]:*

(ANUENTES)

Com a anuência de (nome e qualificação do(s) anuente(s)) neste ato representada(s) pelo(s) abaixo assinado(s) e qualificado(s), doravante denominado(s) ANUENTE(S);

*[CONSIDERANDOS: item opcional, devendo ser utilizado apenas para situação em que a EFPC entenda como indispensável inserir de forma resumida uma explicação sobre a(s) razão(ões) que deram origem ao convênio de adesão]:*

 Considerando que:

- (inserir o resumo explicativo)

*[Redação 1 para situação de adesão a plano de benefícios já existente]:*

RESOLVEM, de comum acordo, celebrar o presente Convênio de Adesão ao Plano (nome do plano de benefício), CNPB nº (número do CNPB do plano), ora designado PLANO, administrado pela ENTIDADE, nos termos da legislação em vigor e que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

*[Redação 2 para situação de adesão a novo plano de benefícios]:*

RESOLVEM, de comum acordo, celebrar o presente Convênio de Adesão ao Plano (nome do plano de benefício), ora designado PLANO, administrado pela ENTIDADE, nos termos da legislação em vigor e que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE ADESÃO

1.1. O objeto do presente instrumento é a adesão do PATROCINADOR ao PLANO e sua administração pela ENTIDADE, conforme legislação em vigor.

1.2. O PATROCINADOR manifesta a sua adesão ao PLANO de caráter previdenciário e a ENTIDADE que administra o referido PLANO, e aceita a adesão nos termos deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO PATROCINADOR

2.1. São obrigações do PATROCINADOR:

I - Respeitar as disposições do estatuto da ENTIDADE e do regulamento do PLANO, assumindo os deveres e responsabilidades que lhe são atribuídos por aqueles instrumentos, aos quais manifesta plena aquiescência, obrigando-se fielmente a respeitá-los e a cumpri-los, atendendo às necessidades da ENTIDADE indispensáveis à sua operação;

II - Divulgar o PLANO e disponibilizar o seu regulamento e o estatuto da ENTIDADE a todos os seus (empregados, servidores, dirigentes, associados ou membros), prestando-lhes as informações solicitadas, envidando esforços para que os mesmosingressem no PLANO, nos termos do seu regulamento e da legislação em vigor;

III - Inscrever os empregados automaticamente, desde que previsto em regulamento, no plano de benefícios, quando estabelecida relação de trabalho e encaminhar as inscrições à Entidade;

IV - Comunicar à ENTIDADE acerca da cessação do vínculo (empregatício, funcional ou associativo) do participante;

V - Fornecer à ENTIDADE, sempre que necessário, os dados cadastrais de seus (empregados, servidores, gerentes, diretores, dirigentes, associados ou membros) e respectivos dependentes que participem do PLANO, assim como, de imediato, as respectivas alterações;

VI - Prestar, em tempo hábil, todas as informações requeridas, em especial as relativas aos esclarecimentos em processos judiciais ou ao órgão fiscalizador;

*[Inciso VII destina-se exclusivamente quando se tratar de patrocinador]:*

VII - Verter contribuições e descontar mensalmente da remuneração ou pró-labore de seus (empregados, servidores ou dirigentes) as contribuições de que trata o Plano de Custeio e recolhê-las à ENTIDADE, conforme os prazos e condições previstas no regulamento, sujeitando-se às penalidades nele previstas caso incorra em atraso;

VIII - operacionalizar a restituição das contribuições vertidas pelo participante, no caso de desistência da inscrição automática; e

IX - Promover a supervisão sistemática das atividades da ENTIDADE em relação à administração do PLANO, sem prejuízo das atribuições de fiscalização do Conselho Fiscal da Entidade e do Estado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

3.1. São obrigações da ENTIDADE:

I - Administrar o PLANO no cumprimento de seus deveres e no exercício de seus poderes, direitos e faculdades, em conformidade com o estatuto, o regulamento e a legislação aplicável, agindo de forma proba, ética, com zelo e boa fé em todas as operações relativas ao PLANO;

II - Aceitar a inscrição automática dos (empregados, servidores, dirigentes, associados ou membros) do PATROCINADOR como participante do PLANO e dos respectivos beneficiários e conceder os benefícios previstos no regulamento, desde que obedecidos os critérios de elegibilidade;

III - No prazo de até sessenta dias, a contar da data da inscrição por iniciativa do patrocinador, quando se tratar de inscrição na modalidade automática:

a) disponibilizar ao participante, em meio físico ou digital, certificado de inscrição, estatuto da entidade, regulamento do plano de benefícios e material explicativo;

b) comunicar ao participante, por qualquer meio, inclusive digital, que assegure sua ciência:

1. que a inscrição no plano de benefícios implica autorização para o desconto periódico da contribuição devida pelo participante e aporte da contrapartida do patrocinador, a contar da data da inscrição por iniciativa do patrocinador, nos termos do regulamento e do plano de custeio do plano de benefícios; e

2. que poderá manifestar em até cento e vinte dias, a contar da data da inscrição por iniciativa do patrocinador, o desejo de que esta seja tornada sem efeito, implicando seu silêncio ou inércia nesse período a anuência à inscrição no plano de benefícios.

IV - Fornecer ao PATROCINADOR, em tempo hábil, todas as informações pertinentes requeridas, relacionadas ao PLANO;

V - Atender a requisições judiciais e do órgão fiscalizador referentes ao PLANO, na forma e no prazo previstos na legislação vigente;

VI - Manter a independência patrimonial do PLANO em relação aos demais planos sob sua administração;

VII - Cientificar ao PATROCINADOR de atos que se relacionem direta ou indiretamente a esta ou aos participantes do PLANO a ela vinculados;

*[Inciso VII destina-se exclusivamente quando se tratar de patrocinador]:*

VIII - Receber do PATROCINADOR as contribuições e demais prestações que forem devidas, assim como as contribuições de seus (empregados, servidores, dirigentes, associados ou membros) ao PLANO, conforme o regulamento e o plano de custeio;

IX - Remeter demonstrativos gerenciais periódicos ao PATROCINADOR, relativos ao PLANO; e

X - No caso de cancelamento da inscrição automática pelo participante, no prazo estabelecido na legislação, a entidade deverá restituir as contribuições ao participante, cuja operacionalização deve ser realizada por meio do patrocinador;

CLÁUSULA QUARTA – DA RETIRADA DO PATROCINADOR

4.1. É facultada a retirada do PATROCINADOR do PLANO, desde que respeitada a legislação pertinente em vigor.

 *[Redação 1 para situação em que* ***NÃO*** *se admite a solidariedade entre patrocinador/instituidor com relação ao plano de benefícios]:*

CLÁUSULA QUINTA – DA INEXISTÊNCIA DE SOLIDARIEDADE

5.1. Não haverá solidariedade entre o PATROCINADOR e quaisquer outros PATROCINADOR do PLANO.

5.2. Fica estabelecida, ainda, a inexistência de solidariedade entre o PATROCINADOR em relação a qualquer outro plano de benefícios sob administração da ENTIDADE.

5.3. O PATROCINADOR não responderá pelas obrigações assumidas pela ENTIDADE que contrariem o estatuto e o regulamento e não estejam afetas exclusivamente ao atendimento de seus objetivos.

*[Redação 2 para situação em que se admite a solidariedade entre patrocinador/instituidor com relação ao plano de benefícios]:*

CLÁUSULA QUINTA – DA SOLIDARIEDADE

5.1. O PATROCINADOR é solidariamente responsável com os demais PATROCINADOR em relação ao PLANO.

5.2. O PATROCINADOR não é solidariamente responsável pelas obrigações assumidas por PATROCINADOR de outros planos de benefícios administrados pela ENTIDADE.

5.3. O PATROCINADOR não responderá pelas obrigações assumidas pela ENTIDADE que contrariem o estatuto e o regulamento e não estejam afetas exclusivamente ao atendimento de seus objetivos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

6.1. Os valores destinados à cobertura das despesas administrativas do PLANO serão estabelecidos no Plano de Custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo da ENTIDADE, observada a legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONFIDENCIALIDADE

7.1. As partes deste instrumento se comprometem a garantir o tratamento confidencial de suas informações, assumindo a obrigação de não divulgar quaisquer elementos relativos aos respectivos bancos de dados e relatórios de cruzamento de informações para fins não aprovados e acordados entre as partes.

7.2. O dever de confidencialidade não é oponível a ordem judicial e determinação de órgãos fiscalizadores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Os casos omissos serão resolvidos pelo órgão estatutário competente da ENTIDADE.

8.2. A abstenção do exercício, por parte da ENTIDADE ou do PATROCINADOR de quaisquer direitos ou faculdades que lhes assistam, em virtude de lei, ato regulatório, contrato, regulamento ou deste instrumento, não implicará em renúncia de direitos ou na extinção de quaisquer das obrigações neles previstas ou em novação, nem impedirá as partes de exercer, a qualquer momento, esses direitos e faculdades.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

*Redação 1 para situação de adesão “comum”*

9.1. O presente instrumento vigerá por prazo indeterminado e teve a sua expressa autorização a partir da emissão do protocolo de sistema informatizado, com aplicação imediata, podendo ser revisto a qualquer tempo por acordo entre as partes, desde que obedecidas as disposições do estatuto e do regulamento, nos termos da legislação em vigor.

*Redação 2 para situação de adesão em operações de cisão, transferência de gerenciamento e demais operações estruturais que envolverem adesão a plano de benefícios.*

9.1 O presente instrumento vigerá por prazo indeterminado e entra em vigência após sua autorização pela autoridade competente, com eficácia a partir da data efetiva definida no requerimento, podendo ser revisto a qualquer tempo por acordo entre as partes, desde que obedecidas as disposições do estatuto e do regulamento, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1. Fica eleito o foro da cidade (nome da cidade) / (UF) para dirimir quaisquer questões oriundas deste Convênio de Adesão com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, assinam as partes o presente instrumento em (número de vias necessárias) (quantidade de vias necessárias por extenso) vias de igual teor na presença de (número de testemunhas) (quantidade de testemunhas por extenso) testemunhas abaixo assinadas.

 (nome da cidade)/(UF), (dd) de (mm) de (aaaa).

Razão social do PATROCINADOR

|  |  |
| --- | --- |
| Nome: Cargo: | Nome:Cargo: |
| Nacionalidade: | Nacionalidade: |
| Estado civil: | Estado Civil: |
| Profissão: | Profissão: |
| Identidade nº: | Identidade nº: |
| CPF nº | CPF nº: |
|  |  |
|  |  |

Razão social da (ENTIDADE)

|  |  |
| --- | --- |
| Nome:Cargo:  | Nome:Cargo: |
| Nacionalidade: | Nacionalidade: |
| Estado civil: | Estado Civil: |
| Profissão: | Profissão: |
| Identidade nº: | Identidade nº: |
| CPF nº | CPF nº: |
|  |  |
|  |  |

Razão(ões) social(is) do(s) ANUENTE(S)

|  |  |
| --- | --- |
| Nome:Cargo:  | Nome:Cargo: |
| Nacionalidade: | Nacionalidade: |
| Estado civil: | Estado Civil: |
| Profissão: | Profissão: |
| Identidade nº: | Identidade nº: |
| CPF nº | CPF nº: |
|  |  |
|  |  |

TESTEMUNHAS

|  |  |
| --- | --- |
| Nome:  | Nome: |
| Nacionalidade: | Nacionalidade: |
| Estado civil: | Estado Civil: |
| Profissão: | Profissão: |
| Identidade nº: | Identidade nº: |
| CPF nº | CPF nº: |
|  |  |
|  |  |

1. Para enquadramento em licenciamento automático, a ENTIDADE deve utilizar o presente modelo com alterações **exclusivamente** nos campos destacados. [↑](#footnote-ref-1)